

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE.** -----

--- Aos vinte e sete dias mês de Abril do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, BALANÇO SOCIAL E INVENTÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----

--- **Três**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DE DOIS MIL E SEIS. -----

--- **Quatro**–PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA EIM “ÁGUAS DO RIBATEJO” – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÕES. -----

--- **Cinco**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL “ÁGUAS DE SANTARÉM, SA, EM”. -----

--- **Seis**–AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, PARA ALIENAÇÃO DE QUARENTA E NOVE POR CENTO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA MUNICIPAL “ÁGUAS DE SANTARÉM, SA, EM”. -----

--- **Sete**–AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO PARA CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE EM SUBSOLO DESTINADO À CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

UM PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO PARA VIATURAS LIGEIRAS E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE PARCÓMETROS À SUPERFÍCIE NA CIDADE DE SANTARÉM, NA ZONA DO CAMPO SÁ DA BANDEIRA (retirado).-----

--- **Oito**—APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA RECOLHA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. -----

--- **Nove**—APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

---O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, António Miguel Moura Pires, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Manuel Luís Catalão, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Fernando Manuel Penitência Poeiras, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Manuel Ventura Vicente, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----
José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Maria José Mancellos Santos Gomes (Almoester), Joaquim

da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos António Marçal (Marvila), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Vítor Manuel de Sousa Varajão (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém) e Firmino Joaquim Prudêncio d'Oliveira (Vaqueiros).-----

--- Justificaram a sua ausência: -----

--- Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, Diamantino Cordeiro Duarte – Presidente da Junta de Freguesia de Tremês e José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea. -----

--- Solicitaram a substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Catarina Fernandes Garcia Correia (PSD), Helder Nuno Cruz de Jesus Oliveira Pombo (PSD), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho (PS), João Luís Madeira Lopes (CDU), José Francisco Pereira Gandarez (PSD), Luís Filipe Piedade Valente (PSD), Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia (PSD) e Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca (BE). -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Manuel António dos Santos Afonso, Ramiro José Jerónimo de Matos, Lígia Corujo Reis Batalha, Luís Manuel da Graça Batista, Maria Luísa Raimundo Mesquita e Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves. -----

--- Ausências:-----

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

--- Henriqueta da Graça Pereira Carolo e Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que a senhora Maria Helena Gaspar da Fonseca (PSD) e o senhor Pedro Nuno Pimenta Braz (PS) solicitaram a renúncia dos respectivos mandatos nesta Assembleia, sendo substituídos pelos senhores **Adelino José Ribeiro da Cruz** e **Luís Miguel da Conceição Piedade**, respectivamente, que já tomaram posse em anterior sessão.-----

--- Depois, verificou a identidade e legitimidade do senhor **Luís Manuel Ventura Vicente** que tomou posse em substituição do senhor Helder Nuno Cruz de Oliveira Pombo.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão as seguintes Actas: -----

--- Acta número dez/dois mil e seis, **aprovada por maioria** com três abstenções.-----

--- Acta número onze/dois mil e seis, **aprovada por maioria** com duas abstenções.-----

--- Acta número treze/dois mil e seis, **aprovada por maioria** com um voto contra e uma abstenção. -----

--- Acta número catorze/dois mil e sete, **aprovada por maioria** com três abstenções. ----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção do senhor **Joaquim Lucas da Graça**, Presidente da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, que se referiu ao problema do Plano Director Municipal na sua freguesia, perguntando se estão previstas reuniões de trabalho com os Presidentes de Junta de Freguesia de modo a que os mesmos possam prestar os seus contributos no âmbito da Revisão do PDM. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que se congratulou com a brilhante actuação dos artistas no espectáculo realizado pela União Pernense, ao qual teve a oportunidade de assistir.-----

--- Considerou que a Câmara Municipal de Santarém está a fazer um excelente trabalho na área da cultura. -----

--- Depois, o senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção:-----
--- “A sessão de Abril da Assembleia Municipal realiza-se entre as comemorações do Vinte Cinco de Abril e do Primeiro de Maio/Dia do Trabalhador.-----
--- Saúdo a liberdade que Abril nos trouxe (quem pode imaginar viver sem ele, que o digam os jovens!?) e relembro com profunda gratidão todos quantos ajudaram a construir o regime democrático. Uns, resistentes e lutadores, no tempo da ditadura salazarenta e caetanista, com os seus crimes que alguns pretendem branquear, com a corte de miséria e analfabetismo, arrostando com censuras, privações, perseguições, clandestinidade, prisões, guerra, e até a morte. Outros, os militares do MFA intérpretes do sentir do Povo, que abriram portas e criaram oportunidades e espaços, para que o Povo português fosse libertado e respirasse um tempo novo, para a construção do seu futuro. Nesses, destaco o Capitão Salgueiro Maia que, na pureza das suas intenções e ideais simboliza Abril. Ele, que trinta e três anos depois recebeu a título póstumo a Medalha de Ouro da Cidade de Santarém, que recusou em vida, magoado com o rumo das coisas com os poderes, todos os poderes, que tão mal o trataram. Encerrou-se um capítulo em aberto, pagou-se uma dívida de gratidão, fez-se justiça. Glória ao nosso Capitão Fernando Salgueiro Maia. E num abraço de camaradagem, não posso deixar de envolver outro Capitão de Abril, que há tão pouco tempo nos deixou, o nosso General António da Palma. -----
--- Andou-se muito, senhor Presidente e senhores Deputados, muito mesmo, mas muito mais há para andar, para intervir, para transformar. Com o Primeiro de Maio à porta, os trabalhadores e o Povo têm mais do que razões para se sentirem indignados e para protestar. E para virem para a rua gritar a festa e o protesto. Eles têm sido o bombo da festa de políticas de direita que lhe roubam direitos e os sacrificam no altar dos interesses da concentração económica e financeira. Na saúde, na segurança social, na justiça, na educação, é um fartote de falsas soluções. Que o digam também os autarcas, minorizados e fragilizados, na sua imagem, independência e poder de intervenção. Festa e luta, duas faces da vida. Sabe bem festejar fraternal e solidariamente, e vir para a rua, que a cantiga é uma arma... Sabe bem lutar com os humilhados e ofendidos, na defesa dos ideais da

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

liberdade, igualdade, fraternidade e justiça. Porque a luta, meus senhores, vale a pena, e só com luta se consegue vencer, se consegue alguma coisa e só é vencido quem desiste de lutar. Festa e Luta: Primeiro de Maio, com os trabalhadores para cumprir o Vinte Cinco de Abril. -----

--- Estamos a falar de Liberdade, Liberdade é educação e cultura, é qualidade de vida, juventude e tempos livres. E eu relembro a Escola Prática de Cavalaria (EPC), página negra a sua despedida da cidade, no final do ano passado, e nem imagino o seu futuro. Que vai ser da EPC? Que notícias tem para nos dar, senhor Presidente da Câmara? E do Presídio Militar? Precisamos de espaços para a nossa liberdade, para nos conhecer, entender e crescer. O Governo já disse alguma coisa à Câmara? E se sim, o que foi que o Governo disse à Câmara? E o que foi que a Câmara disse ao Governo, se alguma coisa disse?-----

--- Continuando pela cultura, uma palavra final para a tragédia do Teatro Rosa Damasceno. Anunciada, embora, tudo se conjugou para que acontecesse o que aconteceu... Sei que há a justiça, o segredo de justiça, todas as justificações dos tribunais, cuja demora, no meu entendimento, também ajudou à “festa”. E nós não fazemos nada, entregamo-nos de barato, lavando as mãos como Pilatos?! O Governo demite-se?! E a Câmara, que estratégia para o processo que está a correr?! Que ponto de situação, senhor Presidente? Há alguma luz ao fundo do túnel para o Rosa Damasceno, marca do Centro Histórico da Cidade, onde ainda este mês encerrou portas o histórico Café Central? O Centro Histórico não pode ter esta radiografia, tem que ser revolucionado, requalificado e revivificado. aguardo com muito interesse a sua palavra, senhor Presidente da Câmara”. -----

--- De seguida, o senhor **João Leite** interveio felicitando todo o Executivo Municipal por ter aprovado por unanimidade a proposta de criação do Conselho Municipal de Juventude. -----

--- Perguntou para quando está prevista a implementação do Cartão Jovem Municipal, lembrando ser uma das promessas da campanha eleitoral. -----

--- Agradeceu ao Executivo a excelente realização da primeira Feira de Santarém à qual os ribatejanos aderiram em força elevando a auto-estima da população de Santarém. -----

--- Regozijou-se com o elevado número de pessoas presentes na corrida de touros realizado no passado dia dezanove de Março fazendo lembrar outros tempos. -----

--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Luís Almeida** que perguntou para quando a adjudicação do novo Complexo Desportivo, bem como em que trimestre está prevista a sua inauguração.-----

--- Quis saber quais os Museus Militares que irão ficar em Santarém, lembrando que foi afirmado nesta sala que o Museu de Cavalaria iria ficar sedado nesta cidade, sublinhando que o Museu Salgueiro Maia nada tem a ver com este último. -----

--- Referiu, ainda, que, em sua opinião, não será possível constituir o Museu Salgueiro Maia em Santarém dado que o espólio foi doado por testamento à cidade de que o Capitão Salgueiro Maia é oriundo, salientando existir um protocolo entre o Município de Santarém e o Exército de modo a ficar algum do espólio militar para efeitos museológicos, devendo haver algum cuidado em relação a esta matéria. -----

--- Criticou a posição da Câmara Municipal de Santarém em relação ao CNEMA, considerando ser um boicote a esta instituição.-----

--- Salientou a importância de se conhecer a génese da Feira do Ribatejo que deu origem à Feira Nacional da Agricultura que foi um certame de inegável qualidade. -----

--- Lembrou que em determinadas alturas, já depois do Vinte e Cinco de Abril, a Feira esteve de certa forma “moribunda” aparecendo nessa oportunidade um conjunto de pessoas que revitalizaram este certame e deram origem à constituição do CNEMA. -----

--- Considerou não ser de bom tom a realização de uma Feira no planalto na mesma altura em que está a decorrer a Feira Nacional da Agricultura, apelando ao bom senso e a um entendimento no tocante a esta matéria, sublinhando que o CNEMA foi um projecto apoiado por todas as forças políticas. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra a senhora **Maria Alecta Ferreira** que felicitou a Câmara pela realização do Primeiro Mês da Criança, do Professor e da Escola, referindo

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

que para este Executivo a educação é efectivamente uma prioridade e um pilar onde assenta o desenvolvimento sustentável.-----

---Deu conhecimento da realização de uma Assembleia Municipal Juvenil, salientando que dessa reunião ressaltou uma preocupação que tem a ver com a prática pedagógica que é muito diferente de escola para escola, quer ao nível das condições materiais de aprendizagem, quer ao nível de equipamentos e climatização das mesmas. -----

---Interveio, depois, o senhor **Francisco Madeira Lopes** que informou ter entregue na Mesa um Voto de Protesto sobre a decisão de a CP de reduzir os horários dos comboios em Santarém.-----

---Considerou serem medidas que empobrecem a cidade de Santarém e que não contribuem para o desenvolvimento turístico e económico do concelho. -----

---Referiu-se ao novo traçado da Linha do Norte em Santarém, salientando haver um desrespeito em relação ao compromisso assumido pela REFER em que iriam ser apresentadas pelo menos seis hipóteses de traçados, quando na verdade apenas foi apresentada uma solução. -----

---A seguir, interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que realçou, em nome do Partido Socialista, a dignidade e elevação como decorreram as comemorações do Vinte Cinco de Abril, em que a entrega da Medalha de Ouro da Cidade a título póstumo ao Capitão Salgueiro Maia foi o momento mais marcante das referidas comemorações, considerando ter sido feita justiça.-----

---Solicitou esclarecimento sobre a possível integração das antigas instalações da Escola Prática de Cavalaria em Santarém numa lista de imóveis a alienar pelo Estado.-----

---Questionou sobre o andamento da revisão do Plano Director Municipal, referindo que o senhor Primeiro Ministro anunciou que este tipo de diplomas vão deixar de estar sujeitos a rectificação pelo Governo o que irá permitir uma maior celeridade neste tipo de processos.-----

---Usou, seguidamente, da palavra a senhora **Carla Neto** que deu os parabéns ao Executivo Municipal pela Feira de Santarém realizada aquando das Festas da Cidade. ---

--- Salientou o excelente percurso da equipa de andebol de “Os Caixeiros” que estão na final do Campeonato Nacional de Andebol.-----

--- Falou das comemorações do Vinte Cinco de Abril, referindo ter sido há trinta e três anos que os portugueses recuperam a liberdade. Afirmou que apesar não saber o que é viver sem liberdade de expressão esta data tem um significado especial para si, a liberdade hoje permite-lhe traçar livremente o rumo para a sua vida sem medo. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Eugénio Pisco** que referiu estar em curso um processo de negociação entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) tendo em vista a transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais na área da acção social, da educação, da saúde e, por proposta da ANMP, na área do ambiente e ordenamento do território, correspondendo a uma vontade dos Municípios ao longo dos anos. -----

--- Prosseguiu referindo-se concretamente à área da educação, sublinhando que as carências de pessoal não docente, que ainda não é da responsabilidade das autarquias, nas escolas é gritante. Contudo, a cumprir-se a Lei das Finanças Locais não poderá haver transferência de competências que proporcionem o aumento das despesas com pessoal o que iria provocar que as escolas continuassem a funcionar com pessoal não docente insuficiente para as suas necessidades, situação que iria proporcionar a reivindicação dos pais e encarregados de educação junto das autarquias locais, manifestando a sua preocupação relativamente a esta matéria.-----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Aires Lopes** que questionou se foram tomadas algumas medidas em relação à zona norte do concelho tendo em vista que a revisão do Plano Director Municipal produza alguns efeitos. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Nuno Serra** que se congratulou com as intervenções que têm sido efectuadas nos jardins públicos de Santarém pelo Município.-----

--- Lamentou a renúncia de mandato do deputado Pedro Braz, reconhecendo nele uma postura democrática honesta e da máxima correcção.-----

--- Referiu-se ao abandono do Município do Cartaxo da empresa “Águas do Ribatejo”,

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

sublinhando que gostaria de saber qual a posição da Câmara Municipal de Santarém na eleição para a Vice-Presidência da CULT em substituição do Dr. Paulo Caldas. -----

--- Saudou a organização da Feira de Santarém, na pessoa do senhor Presidente da Câmara de Santarém, pelo seu empenhamento em restituir a Santarém algumas das tradições que aos poucos foram sendo esquecidas, salientando que a definição da cultura de um povo passa por muitas gerações. -----

--- Concluiu, saudando o deputado Leonel Martinho do Rosário enquanto operacional do Vinte e Cinco de Abril. -----

--- Usou, novamente, da palavra o senhor **Luís Almeida** referindo que o Presidente da Câmara do Cartaxo teve o cuidado de afirmar aquando da sua demissão que a saída do Cartaxo deste processo se ficou a dever à demora da entrada de Santarém neste processo bem como às atitudes tomadas pelo actual Presidente da Câmara Municipal de Santarém.

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que agradeceu as felicitações que lhe foram dirigidas relativamente à Feira de Santarém. -----

--- Considerou haver aqui alguns deputados que por vezes ficam ofendidos com o tom de voz que utiliza em determinadas intervenções, sublinhando que as palavras valem o que valem. Pediu uma grande tolerância para a intervenção do senhor deputado Luís Almeida que é o que é e não poderá pensar mais do que aquilo que pensa, salientando que o senhor deputado nunca está onde deve estar e por isso faz as afirmações aqui produzidas, fazendo tresvarização sobre as coisas e depois vem nos acusar de sermos mal educados.-

--- Quanto ao Museu Salgueiro Maia disse que efectivamente este Museu não é a mesma coisa que o Museu de Cavalaria, considerando que caso o deputado Luís Almeida estivesse na assinatura do protocolo, para o qual foi convidado, perceberia o que disse o Comandante da Escola Prática de Cavalaria e o Presidente da Câmara e não vinha agora falar de meia dúzia de tarecos. Assim como aquando da entrega da medalha de ouro a Salgueiro Maia também não estava presente, lamentou. -----

--- O senhor **Luís Almeida** apresentou um ponto de ordem à Mesa contestando o palavreado utilizado pelo orador, tendo o senhor **Presidente da Assembleia** solicitado

moderação nas palavras proferidas pelo senhor Presidente da Câmara.-----

--- Prosseguiu o senhor **Presidente da Câmara**, no tocante ao CNEMA considerou haver uma nítida tentativa de transformar este problema como arma de arremesso contra a Câmara Municipal de Santarém e que ao longo destes anos esta empresa teve uma posição relativamente à Câmara que lhe permitiram ter. -----

--- Referiu respeitar o empenhamento dos administradores do CNEMA na tentativa de resolver o problema financeiro da empresa, todavia, a Câmara não pode violar a Lei quer em relação ao CNEMA quer relativamente a qualquer outra instituição. -----

--- No que concerne ao complexo desportivo, informou que se está a trabalhar de modo a que o mesmo seja uma realidade, salientando que não pode adiantar um trimestre para a sua conclusão. Contudo, pode garantir que se o mesmo tiver quatro fases cumprir-se-ão essas mesmas quatro fases. -----

--- Prestou esclarecimentos em relação ao Plano Director Municipal, informando que a sua revisão tem de estar compatibilizada com o PROT que será publicado até trinta e de Dezembro.-----

--- Referiu que o senhor Secretário de Estado do Planeamento aconselhou a não elaborar os Planos Directores Municipais até o PROT estar aprovado porque tem de haver convergência entre o planeamento do PROT e o planeamento local. -----

--- Adiantou que tem mantido reuniões com os Municípios da Azambuja, do Cartaxo e de Rio Maior, no sentido destes planos de ordenamento compatibilizarem toda esta região de modo a conjuntamente se criar um espaço maior de organização do território. -

--- Salientou estarem a ser criados com alguma celeridade planos de pormenor a fim de resolver o problema das povoações de que o PDM se esqueceu.-----

--- Referiu que a CULT é um problema de carácter e não político, salientando que teve a oportunidade de expressar junto do Presidente da Câmara de Alpiarça a posição da Câmara de Santarém. -----

--- Informou que o Cartão Jovem Municipal estará pronto até finais de Junho, assim como o Cartão Sénior. -----

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

--- Salientou não ter conhecimento da venda das antigas instalações da Escola Prática de Cavalaria, afirmando que enquanto Presidente de Câmara não irá permitir a especulação mobiliária daquele espaço, considerando que a Cavalaria foi despromovida de forma desprezível com a saída de Santarém para Abrantes.-----

--- Concluiu, sublinhando a intervenção do senhor deputado Eugénio Pisco em relação à transferência de competências para os Municípios. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Luís Almeida** salientou que tem a maior consideração pelo senhor Presidente da Assembleia, referindo que ele tem a obrigação de tentar fazer para que haja a maior elevação no debate.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que não se deixará condicionar facilmente e que tudo fará para que as coisas corram dentro da normalidade.-----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Usou da palavra o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que solicitou esclarecimentos sobre uma reunião com a Tecnovia para analisar os estragos provocados na rede viária do concelho devido às obras de alargamento da auto-estrada número um entre Santarém e Torres Novas, destacando que as estradas pavimentadas há cerca de dois anos se encontram bastante degradadas devido às referidas obras. -----

--- Perguntou para quando está prevista a segunda fase dos onze fogos para habitação social em Casével, informando ter alojado na Escola de Alqueidão uma família devido ao atraso na construção daquelas habitações. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Carlos Catalão** que registou com agrado as aquisições, quer de uma viatura de combate a incêndios, quer de um auto-tanque ligeiro para apoio.-

--- Quis saber se já foi realizada a foto aérea para a actualização da cartografia à escala um/dez mil.-----

--- Tomou, a seguir, a palavra a senhora **Idália Moniz** que perguntou se o SIADAP já está a ser implementado no Município de Santarém, assim como quais os objectivos definidos.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o Plano Estratégico para o Turismo. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que o Plano Estratégico para o Turismo está a ser desenvolvido pelo senhor Vereador Ramiro Matos em convergência com diversas instituições envolvidas nesta matéria, estando prevista a sua conclusão até final do corrente ano. -----

--- No que concerne ao SIADAP informou que a Câmara tem vindo a fazer um grande esforço tendo em vista a implementação deste novo sistema de avaliação, tendo havido diversas reuniões de modo a definir os objectivos a fixar. -----

--- Quanto às fotos áreas informou que as mesmas foram realizadas no final do ano passado.-----

--- Esclareceu em relação à habitação social que, apesar de todos os problemas que estes fogos continham, está prevista a sua conclusão até finais do mês de Maio. -----

--- *Este ponto não carece de qualquer votação.*-----

--- **PONTO DOIS – RELATÓRIO DE GESTÃO ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, BALANÇO SOCIAL E INVENTÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e sete, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação e votação do **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém e Balanço Social referentes ao ano de dois mil e seis**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** considerando que caso não fosse notório e público que se realizaram eleições autárquicas e que foi o Partido Social Democrata quem as ganhou, pelos documentos apresentados seria forçado a concluir que a administração da Câmara de Santarém continuava a ser efectuada pelo Partido Socialista.

--- Salientou que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano foi de quarenta e dois vírgula quarenta e um por cento, do Plano Plurianual de Investimento foi de vinte e um vírgula sessenta e quatro por cento e nas actividades relevantes foi de quarenta e nove vírgula nove por cento. -----

--- Referiu que no campo orçamental não foram ultrapassados os cinquenta e dois vírgula noventa por cento, e que em termos de receitas apenas foram conseguidos quarenta e seis vírgula trinta e nove por cento em relação às despesas. -----

--- Disse estar consciente dos constrangimentos financeiros impostos pelo Governo às Autarquias. A transferência de competências cada vez mais alargadas sem virem acompanhadas das respectivas compensações financeiras. O elevado endividamento da Autarquia e a sua difícil situação financeira. -----

--- Por isso, como já foi afirmado pelo Vereador da CDU na reunião da Câmara, a difícil situação financeira da Autarquia merece maior rigor, mais transparência, mais contenção e maior exigência na definição das prioridades. Aplaudiu algumas das iniciativas tomadas porque urgentes e necessárias para o desenvolvimento do concelho. Contudo, o concelho não se desenvolve aumentando as despesas correntes em detrimento das despesas de capital. -----

--- Concluiu, referindo que a CDU está disponível para colaborar e votar a favor do desenvolvimento do concelho. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que considerou o documento muito bem elaborado. -----

--- Considerou que para o actual Executivo existe uma clara alteração de filosofia de como são encaradas algumas áreas, nomeadamente a educação e a cultura, que deixaram de ser consideradas uma despesa mas sim um investimento. -----

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Nuno Serra** referindo que já há alguns anos que olha com apreensão para estes relatórios.-----

--- Salientou que este ano se pode verificar a transferência de cerca de um vírgula oito milhões de euros de facturas em conferência para a rubrica de dívidas a fornecedores de curto prazo, o que significa que muitos documentos que não eram oficialmente facturas e o passaram a ser, conseguindo-se encaixar aquele montante na dívida de curto prazo. ----

--- Referiu que com a transferência de competências já era de esperar o aumento das despesas correntes, salientando verificar alguma redução no investimento de forma a criar algum equilíbrio e combater algum défice.-----

--- Considerou ser necessário haver consenso relativamente ao problema financeiro do município, lembrando que foram apresentadas soluções que não agradaram a todos.-----

--- Destacou ser importante analisar se houve benefícios para a população relativamente aos resultados apresentados.-----

--- As cidades, segundo afirmou, nos tempos que correm, devem ser atractivas e oferecer mais-valias a quem as escolhe para viver, atraindo novas populações e motivando a população em torno das questões culturais, sublinhando ser importante que as cidades sejam feitas para as pessoas, concluiu.-----

--- Foi dada a palavra, seguidamente, ao senhor **Carlos Catalão** que citou parte das intervenções de dois elementos do PSD durante a apreciação das contas de dois mil e quatro: “Lamentou que o Executivo apenas tenha conseguido executar cerca de quarenta e cinco por cento do Plano Plurianual de Investimentos.-----

--- Destacou no tocante às despesas correntes que apenas foram pagas cinquenta e quatro por cento do total da despesa efectuada, criticando ter-se gasto mais em publicidade do que no apoio ao associativismo”; “Como justifica uma gestão que aumenta ano após ano as dívidas, quando se executa apenas quarenta e cinco por cento do Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e quatro”.-----

--- Concluiu, comentando que foram bons tempos aqueles em que se executava quarenta e cinco por cento do Plano plurianual de Investimento.-----

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

--- Interveio de seguida o senhor **Vereador Ramiro Matos** referindo que a gestão não é do Partido Socialista, mas as dívidas são todas da responsabilidade daquele Partido, salientando que o actual Executivo nunca escondeu a dívida do Município. -----

--- Considerou que a questão das percentagens são o que são e que os números são tecnicamente apresentados. Este documento demonstra claramente que houve uma preocupação do Executivo em fazer o saneamento financeiro que é essencial para o Município.-----

--- Justificou que o aumento das despesas correntes tem a ver com a educação e a cultura dado haver a necessidade de realizar aulas complementares extracurriculares, decorrente da transferência de competências provenientes da Administração Central, que são pagas como despesas correntes mas que são um investimento. -----

--- Salientou que caso não tivesse sido a forma como o Partido Socialista geriu a autarquia certamente teríamos uma taxa de execução mais elevada.-----

--- Destacou que nunca o Município apresentou todas as verbas definidas em Orçamento para as freguesias como para o ano de dois mil e sete -----

--- Referiu ter sido o investimento possível, considerando que dois mil e sete têm todas as condições para ser um ano diferente em termos de execução orçamental. -----

--- Realçou a redução do passivo de curto prazo que causava fortes constrangimentos financeiros à Câmara o qual era agravado com os “factoring” do anterior Executivo e concluiu referindo ter havido investimentos sérios em muitas áreas que não se traduzem apenas em despesas de capital. -----

--- Por último, interveio o senhor **Presidente da Câmara** que considerou que o senhor Vice-Presidente explicou mais uma vez de forma clara quais foram as necessidades e os objectivos da Câmara Municipal de Santarém.-----

--- Destacou que o Município de Santarém é a primeira Câmara do país cujo tempo de resposta em termos de licenciamento de obras se situa nos dezassete dias. Esta é a grande vitória que Santarém moderna tem sobre a velha Santarém. E é com grande orgulho que contasta esta melhoria e a transparência que tudo isto implica, considerando que o grande

aplauso destas medidas deveria partir do Partido Socialista, tendo em conta o SIMPLEX que o Governo está a implementar. -----

--- Proseguiu, referindo haver pessoas que confundem festas com cultura, sublinhando que o senhor Presidente da República afirmou recentemente que o problema do país é a dificuldade de compreensão para os grandes desafios ligados ao ensino, ao conhecimento e ao saber. -----

--- Lamentou que apenas tenha gasto em cultura um vírgula trinta e seis por cento do orçamento o que, em sua opinião, envergonha qualquer pessoa culta. -----

--- Saliu a relação institucional desta Câmara com as Juntas de Freguesia é totalmente diferente da anterior e concluiu, desafiando a oposição a votar contra estas contas sublinhando que seria um alívio para o actual Executivo as mesmas serem reprovadas. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém e Balanço Social referentes ao ano de dois mil e seis**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, nove votos contra e dezanove abstenções.-----

--- Foram efectuadas as seguintes Declarações de Voto: -----

--- Senhor **Leonel Martinho do Rosário** “Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Santarém abstêm-se na votação deste documento única e exclusivamente por solidariedade política para com os eleitos do PS na Câmara Municipal de Santarém.-

--- Do ponto de vista alguns deles votaram por: -----

--- Um – A baixíssima taxa de execução quanto ao ano de dois mil e seis;-----

--- Dois – O facto incompreensível de tendo a Câmara Municipal de Santarém recebido mais receita, ter com um reduzido investimento conseguido aumentar a despesa, agravando a dívida”.-----

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

--- O senhor **Carlos Catalão** “O relatório apresentado é um documento técnico bem elaborado e como tal tenho de dar os parabéns a quem o executou. Mas também é o indicador da performance deste Executivo no ano de dois mil e seis. -----

--- Não pude abster-me na votação deste documento porque a taxa de execução é apenas de vinte e um por cento. Por outro lado, pela chantagem do senhor Presidente da Câmara na sua intervenção não poderia deixar de votar contra”.-----

--- O senhor **Fernando Poeiras** “Nós entendemos que as prioridades e as opções já foram discutidas noutra altura. -----

--- A nossa abstenção deve-se apenas à clareza como as contas foram apresentadas. A única questão é que os objectivos não foram atingidos face à baixa taxa de execução do orçamento”. -----

--- **PONTO TRÊS – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM REFERENTE AO ANO DE DOIS MIL E SEIS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezanove de Abril de dois mil e sete, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação do **Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém referente ao ano de dois mil e seis**, com a rectificações aprovadas na reunião do Executivo de vinte e três de Abril de dois mil e sete, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **Carlos Catalão** considerando que globalmente o documento cumpre os requisitos legais, sublinhando algumas rubricas, nomeadamente as despesas com pessoal.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que salientou os bons resultados apresentados pela administração dos Serviços Municipalizados, apesar das dificuldades económicas que o país atravessa. No entanto, alertou que os resultados

apresentados evidenciam um decréscimo comparativamente ao ano de dois mil e cinco, pelo que no futuro, em seu entender, se exige uma gestão mais rigorosa. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém referente ao ano de dois mil e seis**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e quatro votos a favor, zero votos contra e duas abstenções.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o **Ponto Sete** foi retirado por solicitação do senhor Presidente da Câmara.-----

--- Sugeriu, de seguida, em face do adiantado da hora, a interrupção dos trabalhos após a discussão do **Ponto Oito** que passaria para o **Ponto Quatro**, ficando os outros pontos para o próximo dia quatro de Maio, tendo o Plenário por unanimidade concordado. -----

--- Assim, a restante Ordem de Trabalhos ficou ordenada da seguinte forma: -----

--- **Quatro**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA RECOLHA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.-----

--- **Cinco**–PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA EIM “ÁGUAS DO RIBATEJO” – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÕES. -----

--- **Seis**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL “ÁGUAS DE SANTARÉM, SA, EM”.-----

--- **Sete**–AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, PARA ALIENAÇÃO DE QUARENTA E NOVE POR CENTO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA MUNICIPAL “ÁGUAS DE SANTARÉM, SA, EM”. -----

--- **Oito**–APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE

“VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- PONTO QUATRO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA RECOLHA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de oito de Abril de dois mil e sete, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da **Repartição de Encargos referente ao concurso para recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, fornecimento, manutenção, lavagem e desinfecção de contentores indiferenciada e, recolha selectiva de monos nas vinte e quatro freguesias rurais do Município de Santarém pelo período de quatro anos**, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois do Decreto-Lei cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho, bem como concordar com a abertura do procedimento e aprovar programa de concurso, caderno de encargos e constituição do júri, nos termos do número um do artigo oitenta, conjugado com o previsto na alínea b) do número um do artigo cento e noventa e um, ambos do Diploma Legal atrás citado”. -----

--- Dada a inexistência de oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Repartição de Encargos Referente ao Concurso Público Internacional para Recolha e Transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos**, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois do Decreto-Lei cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho, e do número um do artigo oitenta, conjugado com o previsto na alínea b) do número um do artigo noventa e um, ambos do Diploma Legal atrás citado, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com uma abstenção, bem como concordar com a abertura do procedimento e aprovar programa de concurso, caderno de encargos e constituição do júri.-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de

Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três e Quatro**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -

--- A senhora **Idália Moniz** e o senhor **Luís Almeida** informaram que não iriam estar presentes na próxima reunião devido a compromissos já assumidos.-----

--- Interrompida a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de oradores.-----

--- Eram zero horas e quinze minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----

--- Aos quatro dias do mês de Maio do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma hora, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, em continuação da sessão ordinária de Abril, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Botelho Amaro de Almeida, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Joaquim da Conceição Rodrigues Neto, António Miguel Moura Pires, António Morgado Maurício d'Avó, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Manuel Luís Catalão, Catarina Fernandes Garcia Correia, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe Pedro de

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

Oliveira Soares Malaca, e Vicente Carlos Flor Batalha.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Maria José Mancellos Santos Gomes (Almoester), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Vítor Manuel de Sousa Varajão (São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paul), Lucília Maria Sousa da Silva Coimbra (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém) e Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros).-----

--- Justificaram as suas ausências:-----

--- Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, Diamantino Cordeiro Duarte – Presidente da Junta de Freguesia de Tremês e José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea.-----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, João Luís Madeira Lopes, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Luís Filipe Piedade Valente e Jaime Manuel Teodoro Santos.-----

--- **Executivo Municipal**-----

--- Presenças:-----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Henriqueta da Graça Pereira Carolo, Lúgia Corujo Reis Batalha, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves e Luís Manuel da Graça Batista.-----

--- Ausências:-----

--- Manuel António dos Santos Afonso.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade do senhor **António Morgado Maurício d'Avó** que tomou posse para ocupar o lugar da senhora Idália Moniz, eleita pela lista do Partido Socialista, que pediu a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento.-----

--- A seguir, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que, por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Abril, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”.-----

--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO CINCO – PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA EIM “ÁGUAS DO RIBATEJO” – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÕES.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezasseis de Abril de dois mil e sete, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia o abandono do processo de constituição da empresa “Águas do Ribatejo – Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM” revogando todas as deliberações tomadas com este fim, em conformidade com a Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro”.-----

--- **PONTO SEIS – DOCUMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL “A.S. – ÁGUAS DE SANTARÉM, SA, EM”.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezasseis de Abril de dois mil e sete, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia a aprovação dos documentos de constituição da

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

Empresa Municipal “A.S. – Águas de Santarém, SA, EM”, que incorporará o património dos Serviços Municipalizados de Santarém, sendo esta a única accionista *ab initio*, de acordo com o artigo sessenta e quatro, número seis, alínea a), conjugado com a alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro”.

--- PONTO SETE – AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA ALIENAÇÃO DE QUARENTA E NOVE POR CENTO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA MUNICIPAL “A.S. – ÁGUAS DE SANTARÉM, SA, EM”.

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezasseis de Abril de dois mil e sete, cabe-me propor à Exm.^a Assembleia autorização de abertura de Concurso Público Internacional para alienação de quarenta e nove por cento do Capital Social da Empresa Municipal “A.S. – Águas de Santarém, SA, EM”, bem como a aprovação do programa de concurso e caderno de encargos, nos termos do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho”.

--- O senhor **Presidente da Assembleia** propôs que a apreciação dos Pontos Cinco, Seis, e Sete, fosse realizada conjuntamente, tendo o Plenário concordado.

--- Usou da palavra o senhor **Nuno Serra** que referiu que com o desenrolar do processo “Águas do Ribatejo” o PSD já tinha constatado que o mesmo estava ferido de morte e que já não cumpria os pressupostos iniciais que permitiriam o sucesso da empresa, não fazendo sentido, em sua opinião, estar ligado a um projecto destinado a fracassar, salientando que a bancada do PSD irá votar favoravelmente a revogação das deliberações respeitantes ao processo de constituição da empresa “Águas do Ribatejo”.

--- Destacou ser notório que Santarém necessita de uma empresa para a gestão de abastecimento de água e recolha de águas residuais. Apesar do excelente desempenho

demonstrado pelos Serviços Municipalizados, Santarém precisa de uma organização que responda às exigências de hoje, quer em termos de gestão, quer em termos de serviço público. -----

--- O concelho carece de uma organização que, em primeiro lugar, permita uma gestão empresarial de maneira a poder aplicar no domínio público um conjunto de novas e melhores práticas aplicadas no privado. Em segundo, necessita de uma estrutura empresarial que consiga rentabilizar e sustentar as melhores taxas para os munícipes. Por último, precisa de uma organização com autonomia financeira e de gestão por forma a reestruturar e manter a rede de abastecimento e a estrutura de saneamento conseguindo rentabilizar o investimento e garantir a manutenção das taxas e a diminuição dos desperdícios. -----

--- Disse acreditar que os desígnios da futura empresa sejam dar à população do concelho de Santarém uma qualidade de serviço idêntica à legislada no espaço comunitário, desta forma apoiarão a criação desta empresa. -----

--- Salientou que esta empresa depende em muito do parceiro privado, acreditando que a entidade seleccionada tenha o empenho, a competência, a capacidade e a qualidade de gestão, que permita garantir profissionalismo e rigor na organização da nova administração. -----

--- Perguntou com a criação desta empresa como é que fica a situação do Fundo de Coesão das Águas. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Carlos Catalão** que lamentou o abandono do processo “Águas do Ribatejo”, referindo que o investimento previsto para Santarém, em alta, para as águas eram cinco milhões quatrocentos e quarenta e nove mil setecentos e trinta e oito euros, enquanto para o saneamento era de dez milhões quatrocentos e cinco mil setecentos e três euros, dos quais estavam assegurados do fundo de coesão seis vírgula sete milhões de euros. No caso de investimentos em baixa Santarém tinha assegurado para a água seiscentos e sessenta e cinco mil setecentos e quinze euros e para o saneamento quinze milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

euros, sublinhando que todos estes investimentos estavam devidamente garantidos, sem que Santarém tivesse que despende qualquer verba. -----

--- Salientou que com a criação da empresa “Águas de Santarém” o Município vai alienar quarenta e nove por cento do património dos Serviços Municipalizados que está estimado em cerca de vinte sete milhões de euros ao parceiro privado sem contrapartidas aparentes. -----

--- Lembrou que em relação ao anterior projecto o senhor Presidente da Câmara afirmou na reunião do Executivo que iria ter contrapartidas na ordem dos vinte milhões de euros.

--- Destacou haver alguma falta de rigor relativamente aos documentos apresentados.----

--- Perguntou quantos trabalhadores dos Serviços Municipalizados irão ser despedidos com a criação da empresa “Águas de Santarém”, bem como qual o montante de encaixe que o parceiro privado irá proporcionar ao Município de Santarém.-----

--- Prosseguiu, citando alguns parágrafos da proposta apresentada, discordando da afirmação “Que seria muito difícil proceder ao reajuste imposto para acesso ao Fundo de Coesão das Águas, sem mexer no tarifário, em virtude da EPAL, empresa pública que garante níveis de qualidade da água internacionalmente reconhecidos, possuir preços acima dos previstos no Estudo de Viabilidade”, considerando não ser verdadeira porque Santarém tem um dos maiores reservatórios de água da Europa, em quantidade e qualidade.-----

--- Referiu que não faz sentido, em sua opinião, afirmar “Que a empresa vencedora dispensava a incorporação dos capitais decorrentes desse Fundo disponibilizando-se para a construção da empresa, desinteressada dos dezoito milhões de euros entretanto perdidos”, porque o Fundo de Coesão da Águas não foi submetido a Bruxelas, tendo sido retirado durante a fase de apreciação nacional, sublinhando que o consórcio que ganhou o concurso não estava desinteressado, apenas afirmou que na altura não necessitava destes valores para continuar. -----

--- Salientou que Santarém irá conseguir muito pouco dinheiro porque ao abandonar este projecto os Fundos de Coesão estão logicamente comprometidos.-----

--- Concluiu, referindo que os dados apresentados no estudo, em seu entender, estão “martelados”, não correspondendo à realidade.-----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **Eugénio Pisco** que referiu que estando a CDU contra a adesão às “Águas do Ribatejo”, logicamente que estarão a favor desta revogação.-----

--- Referiu-se à adesão à empresa “Águas do Ribatejo” em que os Municípios no seu conjunto detinham cinquenta e um por cento do capital social e o parceiro privado quarenta e nove por cento, tinha um duplo inconveniente. Primeiro, não estava garantido que os Municípios mantivessem os cinquenta e um por cento do capital social porque a forma de adesão não foi através de uma associação de municípios. Por outro lado, a adesão às “Águas do Ribatejo” implicava a adesão ao serviço para as águas e para o saneamento, quer em alta, quer em baixa. E em baixa havia a possibilidade dos privados que entravam no capital utilizarem em seu proveito o património riquíssimo dos Serviços Municipalizados, mas também interferirem no tarifário da água em Santarém, sublinhando ser por estas razões que a CDU esteve sempre contra a adesão às “Águas do Ribatejo”.-----

--- Afirmou que pessoalmente está contra a criação da empresa “Águas de Santarém” e à alienação de quarenta e nove por cento do capital social, ao contrário da maioria dos elementos da CDU. -----

--- Estabeleceu um paralelismo entre este assunto e o CNEMA em que não foram acautelados os interesses do Município de Santarém que hoje é tratado como se apenas tivesse a responsabilidade de assegurar os acessos e dar apoios financeiro para que aquele equipamento tivesse vida para andar-----

--- Prosseguiu, referindo que com a criação da empresa “Águas de Santarém”, para além de se permitir a alienação de quarenta e nove por cento do capital, nada impede que posteriormente seja alienado mais uma parte desse capital social. -----

--- Considerou que a partir do momento em que os privados detenham uma larga maioria do capital social da empresa as intenções e as boas vontades não serão suficientes para

alterar a realidade.-----

--- Por estas razões, afirmou não ser favorável, quer à criação da empresa “Águas de Santarém” que põe fim aos Serviços Municipalizados de Santarém sem qualquer contrapartida importante e compensatória para o município, quer à alienação de quarenta e nove por cento do capital social da empresa.-----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Luís Leitão** salientando ser contra a criação da empresa “Águas de Santarém” porque o concelho vai perder. Com a aprovação da candidatura ao Fundo de Coesão tinha-se um determinado valor para Santarém, com a sua saída e a do Cartaxo essa verba perder-se-á.-----

--- Referiu que Santarém não podendo usufruir desse Fundo de Coesão terá de apresentar uma candidatura por si só a qual terá muitas dificuldades em ser aprovada, sublinhando que apenas, em condições muito excepcionais, um município sozinho conseguiu ver a sua candidatura aprovada, salientando que, em sua opinião, a candidatura terá de ser reformulada.-----

--- Depois, interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** considerando que as Comunidades Urbanas nunca mereceram muito apoio dos Municípios, tendo sido um acontecimento que veio com algumas divergências, mas a partir de certa altura estes entenderam que os seus efeitos de escala proporcionavam muitas vantagens no tratamento de assuntos confinantes entre municípios.-----

--- Referiu que na prática, em seu entender, Santarém já “arrumou” a CULT pouco se esperando dela, salientando que o Partido Socialista entende não ter responsabilidades nesta matéria, lembrando que na Câmara se esperaram anos para que houvesse um entendimento sobre a adesão às “Águas do Ribatejo”.-----

--- A criação da empresa “Águas de Santarém”, segundo disse, pareceu-lhe um pouco precipitada. Santarém tem uma taxa de cobertura de abastecimento de água de quase cem por cento. Quanto ao saneamento básico a situação é mais complexa apresentando uma cobertura na ordem dos setenta por cento, mas muito assimétrica.-----

--- Salientou que os Serviços Municipalizados apresentaram um excedente de um milhão

de euros, manifestando a sua preocupação relativamente aos duzentos trabalhadores envolvidos neste processo.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Pedro Malaca** lembrando que, há cerca de um ano, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se ele tinha intenção de avançar sozinho para uma situação destas tendo-lhe afirmado que não, questionando o que é que Santarém vai ganhar com a saída do projecto “Águas do Ribatejo”.-----

--- Referiu que quando foi eleito para a Assembleia da CULT verificou que este tipo de instituições poderiam proporcionar o desenvolvimento de uma região através da inter-municipalidade de projectos.-----

--- Levantou algumas dúvidas relativamente à criação da empresa “Águas de Santarém”, perguntando se com a entrada do parceiro privado a Câmara é capaz de garantir que as tarifas não vão aumentar e que os postos de trabalho serão assegurados, isto a médio e longo prazo.-----

--- Interveio novamente o senhor **Nuno Serra** esclarecendo que quando falou de rigor foi no sentido de que a futura administração da empresa tivesse rigor na sua gestão.-----

--- Considerou que o processo “Águas do Ribatejo” caiu foi por falta de rigor, perguntando ao senhor deputado Carlos Catalão porque razão os números estão martelados.-----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por fazer o historial do processo “Águas do Ribatejo”, referindo nada ter contra a direcção da CULT empenhando-se no combate político de modo a trazer mais-valias para Santarém, mas tudo dentro dos limites do razoável.-----

--- Saliu que em trinta de Março de dois mil e seis, aquando da entrega formal ao parceiro privado que ganhou o concurso, manifestou a sua opinião junto daquele, considerando que Santarém era lesada neste negócio. Nessa oportunidade, pediu mais contrapartidas para Santarém que desde logo lhe foram dadas. E isto caiu muito mal tendo sido acusado de falta de solidariedade.-----

--- Esclareceu que aquando da aprovação da constituição da empresa “Águas do

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

Ribatejo” verificou que não havia Fundo de Coesão das Águas no valor de dezoito milhões de euros porque a candidatura não havia sido apresentada. Acrescentou que a CULT para ter acesso àquela verba terá de apresentar nova candidatura ao PEAASAR II.

--- Disse que sem os dezoito milhões de euros do Fundo de Coesão o Município de Santarém não estava disponível para continuar neste processo, sublinhando que um projecto que perde uma verba desta importância não é viável do ponto de vista económico. -----

--- Referiu ter sido a partir desta altura que o Executivo começou a ponderar a hipótese de constituir a empresa “Águas de Santarém” que deu origem a este estudo. -----

--- Salientou que a única forma de ter acesso aos dezoito milhões de euros do fundo de coesão é através do controlo de qualidade exigido por Bruxelas com a ligação do abastecimento de água a condutas de grande porte e neste caso da EPAL, acrescentando que as tarifas estão a ser negociadas junto desta empresa. -----

--- Relativamente aos trabalhadores, referiu que os lugares estão assegurados tal como estava previsto com a empresa “Águas do Ribatejo”. -----

--- Considerou não existir comparação entre a empresa “Águas do Ribatejo” e a empresa “Águas de Santarém” porque enquanto nesta última o Município de Santarém detém cinquenta e um por cento do capital, na primeira apenas detinha uma parte dos cinquenta e um por cento do capital. -----

--- Referiu que este concurso não pende para a privatização total das águas porque ele resguarda a mais importante de todas as hipóteses e decisões é que efectivamente nenhuma das decisões estratégicas desta empresa poderá ser tomada sem autorização da Câmara e com respeito à Lei geral da água, e que a empresa “Águas de Santarém” nada tem a ver com as “Águas do Ribatejo”. Sublinhou que neste concurso ganhará aquele que apresentar melhores condições. -----

--- Salientou que o último argumento inventado pelo Administrador delegado da CULT é de que Santarém vai perder os Fundos de Coesão do Saneamento, referindo ter em sua posse um fax da Coordenação do Fundo de Gestão que dá conta precisamente do

contrário. -----
--- Informou que discutiu longamente com os vereadores e com quem queria ouvi-lo sem preconceitos antes de tomar esta decisão, referindo que este estudo não foi realizado com base em cadernos de encargos inventados pela CULT porque os seus dados não eram consentâneos com os dos serviços da Câmara Municipal de Santarém, acrescentando que quem produziu toda esta informação técnica foram os engenheiros Fernando Dias e António Maia Jerónimo acompanhados pelos vereadores do PSD e da CDU em todas as reuniões. -----
--- Retomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** que salientou que a avaliação do património dos Serviços Municipalizados é de vinte sete vírgula sete milhões de euros, enquanto no estudo está mencionado que o capital social é de vinte milhões e quinhentos mil euros. -----
--- Frisou que nas “Águas do Ribatejo” Santarém tinha trinta e dois por cento do capital dos municípios e tinha dezasseis vírgula trinta e dois do capital total da empresa. -----
--- Referiu os custos que o Município iria pagar à EPAL pela totalidade do abastecimento de água a Santarém, destacando que o tratamento de afluentes tem um custo superior a um milhão de euros. -----
--- Salientou que os Serviços Municipalizados facturaram no ano passado cinco milhões e quarenta e seis mil euros, enquanto os custos desta empresa iriam orçar em cerca de sete milhões de euros o que iria provocar um aumento significativo das tarifas da água. -
--- Tomou a palavra novamente o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referindo que o senhor Presidente da Câmara afirmou em relação ao Administrador Delegado da CULT haver negociatas e negócios menos claros, salientando que por aquilo que conhece dos outros Presidentes de Câmara não vê que sejam pessoas que deixem passar em claro situações daquela natureza. -----
--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu nunca ter colocado em causa a honorabilidade dos seus colegas Presidentes de Câmara, referindo ter conhecimento de que o Administrador Delegado negociou contrapartidas quando o

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

concurso das “Águas do Ribatejo” ainda estava em curso e que tentou fazer passar uma adjudicação directa de cento e catorze mil contos. É este tipo de situações que não têm um controle sério e deixa o Administrador fazer o que bem quer e lhe apetece à revelia dos Presidentes de Câmara. -----

--- Foi dada a palavra de novo ao senhor **Eugénio Pisco** que referiu que entende a opção da Câmara no sentido de procurar um parceiro privado para a solução que considere melhor para as “Águas de Santarém”. Todavia, em seu entender, não se pode “endeusar” os parceiros privados ao ponto de pensar que com a sua participação as tarifas da água vão baixar, até porque o objectivo dos privados é o lucro. -----

--- Salientou que tem sido afirmado que os Serviços Municipalizados são o exemplo da boa gestão e que tem apresentado resultados positivos, tendo algumas dúvidas que um parceiro privado venha aumentar a eficácia de gestão no interesse dos munícipes relativamente ao abastecimento de água e perguntou se foi colocada a possibilidade de alargar o saneamento básico aos Serviços Municipalizados. -----

--- Concluiu, sublinhando que as “Águas de Santarém” encerram o mesmo pecado das “Águas do Ribatejo” que tem a ver com a abertura aos privados quer em alta quer em baixa. -----

--- De seguida, interveio o senhor **João Lucas** que considerou haver um certo estigma em relação àquilo que é o investimento privado e àquilo que é o serviço público. -----

--- Disse estar aqui para ajudar a resolver aquilo que estiver mal, considerando que a proposta apresentada é uma parte do caminho a seguir pelo Município de Santarém. -----

--- Referiu-se à avaliação do património dos Serviços Municipalizados de Santarém que aponta para um capital social de vinte milhões de euros, considerando não ser um documento rígido que vai evoluindo de forma controlada, e concluiu apresentando os parabéns ao Executivo pela proposta apresentada. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** referindo que não questionou a avaliação do património dos Serviços Municipalizados, mas sim a discrepância entre o valor que é de vinte e sete vírgula sete milhões de euros e o valor inscrito no estudo que é de vinte

vírgula cinco milhões de euros. -----

--- Sugeriu ao senhor Presidente da Câmara para providenciar no sentido de ser distribuída cópia do fax da Coordenação do Fundo Nacional de Coesão de modo a que se possa saber se vai haver fundo de coesão. -----

--- Referiu que, em seu entender, terá de haver uma reformulação do fundo de coesão, considerando que a tão curto prazo as freguesias não irão ter saneamento básico. -----

--- Usou da palavra, depois, a senhor **Lúcia Mata** perguntando quais os projectos intermunicipais que estão a decorrer para motivar os lamentos do anterior orador. -----

--- Considerou que o projecto das “Águas de Santarém” é a forma de se poder avançar para qualquer coisa. -----

--- Disse partilhar das preocupações do senhor Eugénio Pisco relativamente à alienação de quarenta e nove por cento do capital. No entanto, a falta de dinheiro e a necessidade de investimento obriga à referida alienação do capital, cabendo à Assembleia exigir junto do Executivo que a empresa mantenha o estatuto hoje aqui discutido. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Vereador Ramiro Matos** que começou por referir que para constituir a empresa municipal foi preciso apresentar um estudo de viabilidade económico/financeiro, elaborado por um Revisor Oficial de Contas, fundamental para que a Assembleia se possa pronunciar sobre a constituição da mesma. -----

--- Relativamente às tarifas, referiu que não se pode comparar a pequena quantidade de água que é adquirida pelos Serviços Municipalizados de Santarém, no período de verão, à EPAL à quantidade que irá ser adquirida para a totalidade do abastecimento de água a Santarém. -----

--- Destacou que o presente estudo foi elaborado com base nos documentos da empresa “Águas do Ribatejo” os quais foram melhorados e adaptados à realidade do concelho de Santarém. -----

--- Referiu que a Empresa “Águas do Ribatejo” não pode ser constituída enquanto não houver a aprovação do fundo de coesão, para além de haver uma acção de anulação do concurso a correr em Tribunal. Lembrou que os restantes Presidentes de Câmara

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

afirmaram em reunião da Junta da CULT que não avançariam enquanto não houvesse uma decisão do Tribunal.-----

--- Quanto ao Saneamento disse não ser necessário esperar pela empresa havendo obras que irão arrancar este mês através do fundo de coesão da CULT. -----

--- Procedeu à leitura do fax da Coordenação da Nacional do Fundo de Coesão em resposta a algumas questões colocadas pela Câmara Municipal de Santarém sobre os fundos de coesão.-----

--- Prosseguiu, salientando que para ter acesso aos referidos fundos é necessário ter as obras concluídas até trinta e um de Dezembro de dois mil e dez e que para se conseguir esse objectivo é necessário arranjar um parceiro privado que injecte capital na empresa de modo a assegurar a componente de capital próprio porque os fundos de coesão não financiam as obras a cem por cento. -----

--- Destacou que os projectos de saneamento foram todos entregues na candidatura da CULT e vão avançar dentro em breve caso a empresa “Águas de Santarém” venha a ser criada. -----

--- Criticou que o senhor deputado Carlos Catalão esteja mais preocupado com a solidariedade dos presidentes de Câmara do seu partido do que com a população do concelho de Santarém, perguntando quais os projectos intermunicipais que foram realizados no passado. -----

--- Considerou que não se pode ser solidário com atrasos e negligências como aqueles que se verificaram no processo da empresa “Águas do Ribatejo” por responsabilidade do Administrador Delegado da CULT e que o Partido Socialista continua solidário com ele.

--- Esclareceu que se está a constituir uma empresa de capitais maioritariamente públicos, por isso, não poderá ser alienado mais nenhuma percentagem do capital da mesma, caso contrário deixará de ter este estatuto.-----

--- Considerou que se está a fazer uma confusão relativamente às contrapartidas negociadas pelo Administrador Delegado, que representa onze municípios, enquanto estava a decorrer o concurso público para o parceiro privado das “Águas do Ribatejo” e

as contrapartidas que foram negociadas pelo senhor Presidente da Câmara, depois de ser conhecido o adjudicatário, sublinhando que o Juiz Desembargador já se pronunciou sobre a providência cautelar referindo que ele em nada poderia influenciar no desfecho do concurso. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** para esclarecer que está aqui para defender os interesses da população do concelho de Santarém. -----

--- Sublinhou que com a empresa “Águas do Ribatejo” havia um investimento de cerca de vinte seis milhões de euros a executar no imediato. -----

--- Concluiu, mencionando os projectos intermunicipais levados a cabo pelo Administrador Delegado e aprovados por todos os Presidente de Câmara, nomeadamente Ribatejo Digital, Espaço Internet, Lezíria em Rede, Carta Educativa, etc.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, perguntando se estão a discutir a saída da CULT ou o abandono do processo da empresa “Águas do Ribatejo”.-----

--- Tomou a palavra o senhor **Carlos Catalão** referindo que o titular dos fundos de coesão é a CULT e com a saída de Santarém terá de haver a reformulação da candidatura. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** considerando que nesta Assembleia quando se fala da CULT e do seu Administrador Delegado o senhor deputado Carlos Catalão coloca-se sempre contra os interesses de Santarém. -----

--- Salientou que sair das “Águas do Ribatejo” não é sair da CULT. Santarém está empenhada na CULT, em projectos intermunicipais e em tudo aquilo que seja bom para o concelho. As Câmaras saem e entram de acordo com os seus interesses. -----

--- Considerou que Santarém durante trinta anos nunca conflituou porque sempre esteve de joelhos perante outros poderes, nunca teve vontade própria nem autonomia para defender os seus interesses. -----

--- Salientou ter uma relação institucional saudável com os outros Presidentes de Câmara que integram a CULT apesar de muitas das vezes terem posições diferentes.-----

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

--- Por último, foi dada a palavra ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que considerou ser injusto que se diga que o PS durante trinta anos não fez nada e que os seus executivos não deram o máximo na defesa dos interesses dos munícipes. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação, em separado, as seguintes propostas atrás transcritas: -----

--- **PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA EIM “ÁGUAS DO RIBATEJO” – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÕES**, nos termos da Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, **aprovada por maioria**, com trinta e quatro votos a favor, sete votos contra e cinco abstenções. -----

--- **DOCUMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL “A.S. – ÁGUAS DE SANTARÉM, SA, EM”**, de acordo com o artigo sessenta e quatro, número seis, alínea a), conjugado com a alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, Lei número cinquenta e três-F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, **aprovada por maioria**, com trinta e três votos a favor, nove votos contra e seis abstenções. -----

--- Foram prestadas as seguintes Declarações de Voto:-----

--- Senhora **Anabela Almeida** “O voto contra enquanto membro do Partido Ecologista “Os Verdes” eleito nas listas da CDU no processo de constituição da empresa municipal “Águas de Santarém, SA, EM” e da alienação de quarenta e nove por cento do capital social desta empresa a um parceiro privado através de um concurso público internacional é a consequência lógica e necessária do princípio de recusa da entrega da gestão e exploração de um bem público, extremamente escasso, fundamental à vida, a uma entidade empresarial com uma pesada participação, praticamente ab initio, de capital privado. -----

--- A história da privatização de bens e sectores essenciais no nosso país ao sector privado, assume, no caso da água contornos particularmente preocupantes por estarmos perante um bem que está na base da maioria das actividades económicas e com

importantes reflexos sociais e ambientais.-----

--- Por isso, no entendimento de “Os Verdes”, impõe-se a sua manutenção em mãos exclusivamente públicas que zelem pelo seu uso racional e eficiente, distribuição equitativa e socialmente justa e tratamento em condições ambientalmente responsáveis, pelo que constituiu um erro que pode vir a ter repercussões graves como já acontece hoje noutros países em que muitas autarquias se encontram em pé de guerra para recuperar a gestão dos sistemas de abastecimento de águas.-----

--- Só uma entidade pública, sujeita ao controle, escrutínio e sufrágio democrático, deve assumir a tarefa pública indeclinável de proporcionar o acesso à água e de proteger o meio hídrico e o meio ambiente para onde as águas residuais, depois de tratadas serão devolvidas.-----

--- As empresas sejam elas públicas ou privadas, são feitas para fazer negócios, para fazer lucros com a venda de bens ou serviços. A lógica empresarial é a obtenção do máximo benefício ao menor custo otimizando a obtenção de lucro, para o que pretendem sempre vender o mais possível, o que é contrário a uma lógica de uso racional e combate ao desperdício, e secundariza-se o interesse público do melhor serviço possível às populações, em condições social e ambientalmente sustentáveis.-----

--- Tendo noção de que a pressões existentes, quer a nível do Governo, quer a nível da União Europeia para forçar a abertura ao sector das águas ao capital privado, sob diferentes formas, mais ou menos agressivas, mais ou menos óbvias;-----

--- Tendo noção de um conjunto de exigências feitas pela CDU, em sede da Câmara Municipal, constituíram um importante passo, pelo qual nos congratulamos, para tornar este processo mais transparente e controlável pela edilidade possível, incluindo em termos das tarifas a aplicar de futuro;-----

--- Não podemos dar o nosso aval positivo a uma proposta que consideramos constituir um passo, de todo um processo de desresponsabilização e de alienação por parte do município de Santarém, que bem poderá ser apenas o primeiro de outros ainda mais graves que no futuro tememos se venham a dar, com o acentuar da componente privada

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

na Empresa e perda da capacidade de controlo público, com base no mesmo argumento que já hoje subjaz a todo este processo: A falta de capacidade financeira e de endividamento da Câmara, cujas responsabilidades se devem assacar também ao poder central e ao não cumprimento de responsabilidades financeiras para as autarquias”. -----

--- Senhor **Carlos Catalão** “Votei contra este ponto porque os documentos apresentados não têm rigor nem constituem uma base de forma a percebermos as tarifas que os munícipes no futuro poderão vir a pagar. Por outro lado, nada nos garante que os fundos de coesão em matéria de saneamento estejam garantidos para este projecto”.-----

--- **Luís Piedade** “O meu voto favorável é no sentido de que o Executivo vai beneficiar os munícipes com estes investimento. Vamos acreditar e depois cá estaremos para verificar da sua realidade”.-----

--- **AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA ALIENAÇÃO DE QUARENTA E NOVE POR CENTO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA MUNICIPAL “A.S. – ÁGUAS DE SANTARÉM, SA, EM”**, nos termos da alínea i), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, **aprovada por maioria**, com trinta e dois votos a favor, nove votos contra e seis abstenções, bem como aprovar o programa de concurso e caderno de encargos, nos termos do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de Junho. -----

--- Pelo senhor **Eugénio Pisco** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “O voto contra o ponto dois e a alienação de quarenta e nove por cento do capital social decorre do facto de não estar aqui em discussão a confiança ou não confiança nos órgãos ou nas pessoas que os constituem, mas estar em discussão o acordo ou desacordo com a opção encontrada. Em meu entender aquilo que aqui foi presente foi a constituição de uma sociedade unipessoal, conforme o artigo quarto da Lei do Sector Empresarial Local, a que a Assembleia decidiu alienar quarenta e nove por cento do capital. O tempo

dirá se os interesses do Município e dos munícipes foram acautelados com esta solução, ou se a pretexto de reais dificuldades financeiras que o Município se debate se fomos entregar também este sector importantíssimo das águas ao sector privado, cujo primeiro passo acabou de ser dado nesta Assembleia”.-----

--- PONTO OITO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.----

--- Voto de Protesto subscrito pelos senhores **Francisco Madeira Lopes e José Luís Cabrita**.-----

--- “O Comboio é um meio de transporte com inegáveis vantagens, de mobilidade, energéticas, ambientais e de potencial desenvolvimento económico para a região de Santarém.-----

--- Estão em vigor, desde o passado dia vinte e dois de Abril, novos horários de comboios estabelecidos pela CP – Comboios de Portugal, dizendo respeito à Linha do Norte e muito concretamente à estação de Santarém e seus utentes.-----

--- No âmbito dessa reformulação de horários a CP, para além de reduzir o número de comboios inter-regionais e regionais com serviço de suburbano, operando assim uma desvalorização dos Passes Quilométricos e das possibilidades de que os seus portadores dispunham, reduzindo horários nas horas de ponta, decidiu ainda suprimir a paragem da maioria dos comboios Alfa-Pendular na estação de Santarém, privando assim a capital do Distrito da quase totalidade deste tipo de ligações ferroviárias à capital e ao norte do país, empurrando cada vez mais passageiros para o modo rodoviário.-----

--- Apesar do reforço realizado com mais comboios Intercidades, que não chega a compensar os que desaparecem, é de lamentar a redução do mais moderno, rápido e confortável serviço ao dispor na CP, o Alfa-Pendular, apenas para dois comboios diários o que representa um franco retrocesso da oferta do serviço ferroviário no concelho e até no distrito (dado que as supressões atingem também a estação do Entroncamento) e um erro do ponto de vista do direito à mobilidade e da afirmação e das oportunidades de

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

desenvolvimento económico da região. -----

---É legítimo que este seja apenas o primeiro passo de futuras reduções do serviço causadas por novas perdas de passageiros naquelas estações, causadas por decisões como esta demonstrando uma gestão que não acautela o serviço público, revelando ainda que esta aposta da CP se centra toda ela nos serviços de longa distância, na alta velocidade, que não irá servir as populações do concelho. -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em sessão ordinária no dia vinte sete de Abril de dois mil e sete, delibera: -----

---“Expressar o seu mais vivo protesto pela decisão da CP de reduzir a paragem de comboios Inter-regionais e regionais com o serviço suburbano e quase suprimir totalmente a paragem dos Alfa-Pendulares na Estação de Santarém, pela perda que representa em termos de oferta de serviço à populações do concelho, solicitando à empresa e ao Governo que reveja e reconsidere a sua decisão.”. -----

--- Interveio o senhor **Eugénio Pisco** referindo que irá haver uma reunião pública de esclarecimento, nesta sala, no próximo dia sete de Maio, sobre o novo traçado da via férrea em Santarém, perguntando se ainda seria possível a realização desta sessão noutra local de modo a permitir uma maior participação. -----

--- A seguir, usou da palavra **Anabela Almeida** fazendo a apresentação do voto de protesto, destacando ter havido uma redução da oferta e de qualidade do serviço prestado pela CP. -----

--- Depois, interveio o senhor **Helder Pombo** manifestando a sua concordância com o Voto apresentado. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** informou que foi tomada uma decisão na Câmara de solicitar à REFER para vir fazer uma apresentação do novo traçado ao Executivo Municipal. Nessa oportunidade, foi-lhe transmitido por um responsável daquela empresa que o senhor Governador Civil tinha mostrado interesse promover uma sessão de esclarecimento sobre este tema que deveria ser nesta sala, no próximo dia sete de Maio. Dado o interesse manifestado pela população em participar

nesta sessão, falou com o senhor Governador Civil no sentido de mudar o local da referida sessão para o Teatro Sá da Bandeira o qual concordou. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o Voto de Protesto em epígrafe tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Cinco, Seis, Sete e Oito**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**. -----

--- Usou da palavra o senhor **Luís Ferreira** (Movimento de uma Nova Imagem da Portela das Padeiras) que lamentou a decisão da REFER de tirar a Linha do Norte da Ribeira de Santarém para a colocar noutra povoação provocando graves problemas à população. -----

--- Solicitou esclarecimentos no tocante à construção da variante à Estrada Nacional três na Portela das Padeiras. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu relativamente à variante na portela da Padeiras que a obra, segundo informação do Director de Estradas, está em fase de arranque, ou seja, estão a montar o estaleiro. -----

--- Quanto à REFER convidou a estarem presentes na sessão de esclarecimento a realizar no próximo dia sete de Maio, no Teatro Sá da Bandeira. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado o **Período de Intervenção do Público**. -----

--- Eram zero horas e trinta minutos do dia seguinte quando o senhor **Presidente da**

ACTA Nº. 15/2007
Sessão Ordinária de Abril
1ª Reunião 27 de Abril de 2007
2ª Reunião 04 de Maio de 2007

Assembleia deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----